

FRAGMENTOS FLORESTAIS PARA A CRIAÇÃO DE PARQUES  
URBANOS NO BAIRRO SANTA FELICIDADE, CURITIBA, PARANÁ:  
uma proposta de incremento ao turismo da região.

*FOREST FRAGMENTS FOR CREATING URBAN PARKS ON SANTA  
FELICIDADE'S NEIGHBORHOOD, CURITIBA, PARANÁ: A proposal to  
tourism development in the region.*

*FRAGMENTOS FORESTALES CAPACES DE PERMITIR CREAR PARQUES  
URBANOS EN EL BARRIO DE 'SANTA FELICIDADE', CURITIBA,  
PARANÁ: Una propuesta para incrementar el turismo en esta región*

Anderson Luiz Godinho Belem

Bolsista CNPq do Programa de Pós Graduação em Geografia  
Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba-PR  
Bloco V, sala PH17 - Centro Politécnico - Av. Cel. Francisco H. dos Santos, s/n,  
Jardim das Américas, Curitiba-PR. CEP. 81530-900  
E-mail: andebelem@gmail.com

José Manoel Gonçalves Gândara

Professor Adjunto do Departamento de Turismo e do Programa de Pós Graduação em Geografia  
Universidade Federal do Paraná-UFPR, Curitiba-PR.  
Bloco V, sala PH17 - Centro Politécnico - Av. Cel. Francisco H. dos Santos, s/n,  
Jardim das Américas, Curitiba-PR. CEP. 81530-900  
E-mail: jmggandara@yahoo.com.br

**Resumo**

Quando se fala em áreas verdes urbanas uma série de perspectivas deve ser pensada em conjunto, como: o planejamento urbano, a qualidade ambiental e as funções socioeconômicas que a área deve ter maximizando-se os benefícios para a população. O objetivo do trabalho é identificar no bairro Santa Felicidade (Curitiba/PR) quais os melhores fragmentos florestais, dentre os existentes, para a criação de áreas verdes vinculados à atividade turística. Utilizou-se metodologia de caráter exploratório e investigação documental para analisar a área de estudo e identificar os fragmentos florestais mais relevantes. Os resultados apontaram duas áreas prioritárias para a criação de novas áreas verdes em razão da qualidade do fragmento florestal e da proximidade com o local onde se concentram as atividades turísticas do bairro. Quanto aos principais instrumentos de planejamento existentes na legislação municipal, o 'Direito de Preempção', as 'Operações Urbanas Consorciadas' e a 'Transferência do Potencial Construtivo' revelaram-se ser os mais indicados para este estudo de caso.

**Palavras-chave:** parques urbanos, áreas verdes, turismo, instrumentos de planejamento.

## Abstract

As one talks about green urban areas, a range of perspectives must be taken into account, such as: urban planning, environmental quality and socioeconomic functions which the area should have in order to maximize the benefits to the population. The objective of this research is to identify on Santa Felicidade's neighborhood (Curitiba-PR) forest fragments which are the best among the existing ones in order to create green areas linked to tourism. It was used an exploratory methodology and documental research to analyze the study area and to identify the most relevant forest fragments. Two priority areas were identified for the creation of new green areas because of the forest fragment quality and of the proximity to the tourism spots in the neighborhood. With regards to the main existing planning tools in the municipal law, the "Right of Preemption", the "Consorted Urban Operation" and "Construction Potential Transference" has been identified as the most appropriate ones for this case study.

**Keywords:** urban parks, green areas, tourism, planning tools.

## Resumen

Cuando se habla de áreas verdes urbanas, una serie de perspectivas debe ser pensada conjuntamente, tal como: el planeamiento urbano, la calidad ambiental y las funciones socioeconómicas que el área deberá tener para maximizarse los beneficios para la población. El objetivo de este trabajo es identificar en el barrio de Santa Felicidade (Curitiba/PR) cuales son los mejores fragmentos forestales, entre los existentes, para la creación de áreas verdes vinculadas a la actividad turística. Se ha utilizado una metodología de carácter exploratorio y de investigación documental para analizar el área de estudio e identificar los fragmentos forestales más relevantes. Los resultados apuntaron dos áreas prioritarias para la creación de nuevas áreas verdes, privilegiando la calidad del fragmento forestal y la proximidad del centro de la actividad turística existente en el barrio. Cuanto a los principales instrumentos de planeamiento existentes en la legislación municipal, el 'Derecho de Preempción', las 'Operaciones Urbanas Consorciadas' y la 'Transferencia del Potencial Constructivo' fueron identificados como los más apropiados para este estudio de caso.

**Palabras-clave:** Parques urbanos, áreas verdes, turismo, instrumentos de planeamiento.

## Introdução

O turismo pode ser encarado por diversas óticas desde suas implicações econômicas até o impacto causado ao meio, sejam os mesmos negativos ou positivos. De toda forma tem relações diretas com o planejamento estratégico das cidades, pois poderá ser um vetor de desenvolvimento que deve ser bem planejado podendo trazer benefícios sociais e ambientais para a população local.

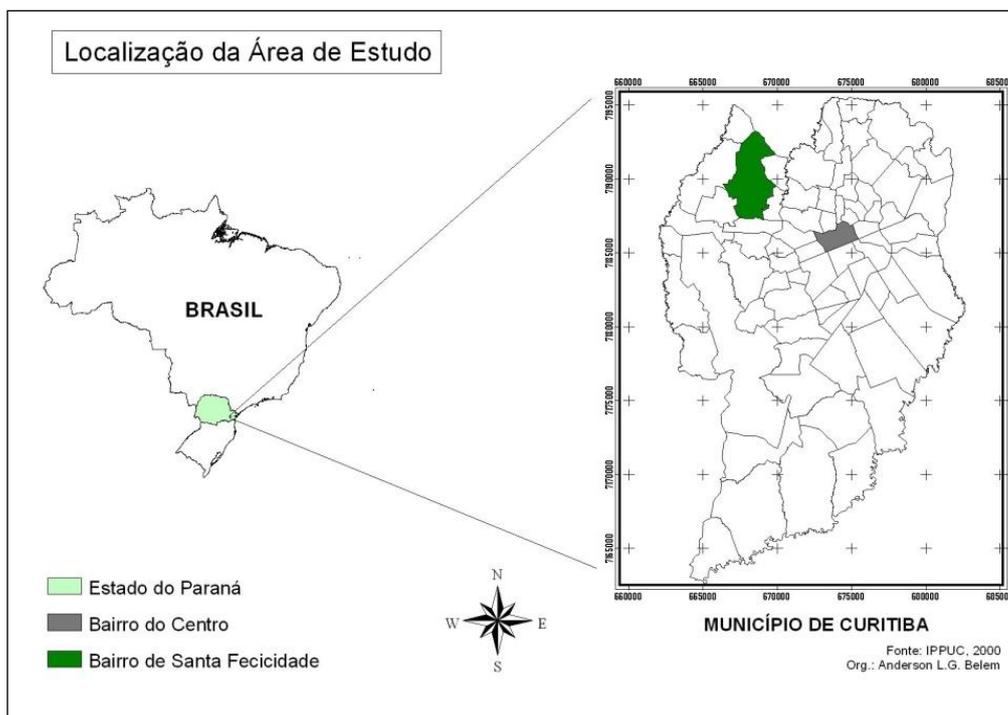
Muito se discute sobre o turismo praticado junto à natureza e questiona-se até onde a atividade turística se apropria da natureza sem modificá-la ao ponto dos sistemas ambientais envolvidos perderem sua capacidade de resiliência, mas se tratando de um ambiente tão alterado como o urbano a criação de novas áreas verdes é bem-vinda, pois de alguma maneira representará algo positivo para a manutenção de alguma qualidade ambiental. Como sugere Almeida (2007, p.108), “a sociedade contemporânea, com o turismo, revaloriza uma natureza que, muitas das vezes já foi dessacralizada, objetivada e manipulada exaustivamente.”.

O município de Curitiba apresenta um histórico quanto à criação de parques urbanos, alguns com representativa quantidade de verde, outros voltados fortemente para atividades de lazer e turismo. Quando pensados ao longo da história tiveram diferentes funções prioritárias, foram de obras de saneamento até o *marketing* verde para o município.

De qualquer maneira as inúmeras leis que regem a política urbana do município, pautadas no Estatuto da Cidade, vão apontar para instrumentos que incentivam a criação de novas áreas verdes na cidade, tendo como plano de fundo, a responsabilidade social e ambiental.

O presente artigo pretende realizar uma revisão bibliográfica e documental acerca da importância da relação entre planejamento, turismo/lazer e espaços livres de edificação, tais como áreas verdes, no contexto urbano, atentando ao município de Curitiba/PR e seus instrumentos de gestão voltados à criação de espaços livres de uso público e utilizando como área de estudo específica o bairro de Santa Felicidade (Figura 01).

Como estudo de caso serão analisados os fragmentos florestais estudados por Puglielli Neto (2008). Nesta pesquisa, no entanto, buscar-se-á visualizar os fragmentos florestais identificados pelo autor dentro dos limites do bairro como espaços potenciais para a criação de áreas verdes de uso público e que possam incrementar e dinamizar o turismo da região.



**Figura 01:** Localização do bairro de Santa Felicidade

Para atingir tais objetivos será utilizada uma concepção teórica que perpassa as discussões sobre a paisagem do ponto de vista sistêmico e considerando os ideais do planejamento da paisagem (HAAREN, GALLER e OTT, 2008) para intervenções no planejamento urbano.

A metodologia tem caráter exploratório e com esse intuito será realizada uma revisão de literatura específica acerca da relação entre o planejamento urbano de Curitiba com a criação de espaços livres e áreas verdes, bem como com o turismo.

Também será tratada, por meio de pesquisa documental a forma como a legislação do município lida com a questão ambiental no que tange as suas áreas verdes, identificando os principais instrumentos de política urbana voltados para a criação de áreas verdes na cidade.

Para a proposta de criação de novas áreas verdes municipais, de uso público voltado ao lazer, serão utilizados os critérios:

- Localização frente ao centro da atividade turística do bairro, utilizando análise espacial de proximidade e acessos;
- Qualidade do fragmento florestal (PUGLIELI NETO, 2008).

## Relações entre Planejamento e Turismo

O estudo do fenômeno turístico pode conter diversas perspectivas, dentre elas o enfoque geográfico que aborda o impacto no meio ambiente, dos tipos de redes formadas e da forma de deslocamentos gerados (IGNARRA, 2003).

À medida que o turismo, como uma prática social, impacta diretamente no espaço geográfico criando, recriando ou apenas se utilizando das formas espaciais, a geografia e suas categorias de análise aparecem úteis ao planejamento e à gestão do mesmo, mas sem perder o caráter multidisciplinar da questão.

Segundo Furtado (2007) é a partir das décadas de 1970 e 1980 que o turismo ganha caráter mundial, fugindo dos circuitos tradicionais já estabelecidos. Assim, o turismo ganha importância nas discussões entre as ciências humanas e sociais, e, a partir disso, surgem as primeiras tentativas de conceituação e definição do que é o turismo.

A discussão em torno do conceito de turismo apresenta inúmeros apontamentos, entretanto, de forma simplista se pode afirmar que “o turismo é uma combinação de atividades, serviços e indústrias que se relacionam com a realização de uma viagem.” (IGNARRA, 2003, p. 14). Envolvendo diretamente os aspectos socioeconômicos e de comunicação social (LOPES JR., 2011).

Da mesma forma, o planejamento tem inúmeras conceituações básicas que giram em torno de objetivos - aqui surgem as diversas temáticas específicas do planejamento - e a partir deles ordenar os recursos naturais e humanos, por meio de ferramentas de gestão pautadas em políticas específicas de ordenamento e controle. De forma geral as políticas buscam um arcabouço científico e tecnológico que direcione o desenvolvimento ou pelo menos assim se espera.

Peccioli Filho (2005) em uma tentativa de obter maior rigor para o termo trabalha com a ideia de que o planejamento é uma atividade contínua e que deve objetivar uma organização sistemática dos meios para então atingir as metas traçadas.

Mas antes de idealizar o planejamento há de se compreender a cidade. Partindo deste pressuposto, Monteiro (2008) explica que a cidade atualmente é concebida através das relações natureza-cultura, e isto provém da humanização do espaço e do tempo.

Com isso o autor nos remete a um espaço resultante do produto social do trabalho, que se reflete na cultura e que apresenta diversos interesses por vezes conflitantes, o que nos leva as jurisdições específicas e englobam a política (*op.cit.*).

Já no campo do urbanismo busca-se então a compreensão de como a cidade se edifica e organiza desde seus fenômenos sociais, políticos, naturais e econômicos. Esta perspectiva aponta para a sistematização e para o desenvolvimento da cidade auxiliando na orientação, dentre outros, dos equipamentos urbanos visando o bem estar da população (TRINDADE *et. al.*, 1997).

Considerando todos estes aspectos, Monteiro (2008) aponta que o planejamento urbano em si é tão complexo quanto à cidade, pois, deve prever conseqüências e prover recursos materiais, e mais além implica em ordenar, regulamentar, restringir, coibir. Ressalta que isso pode favorecer uns e contrariar outros.

O planejamento tem por princípios ser integral, ou seja, considerar aspectos econômicos, ambientais e socioculturais para que nenhum tenha peso maior ou menor na tomada de decisão (NUCCI, 2008). Isso é de fundamental importância para que os efeitos do planejamento - que trarão mudanças estruturais da realidade existente - cheguem até todas as classes sociais sem privilegiar nenhuma, e ainda sem favorecer nenhum aspecto em detrimento de outros (o econômico perante o ambiental ou o cultural, por exemplo).

Souza (2003 *apud*, SIVIERO, 2006) ressalta que o planejamento procura simular cenários futuros de maneira a possibilitar e direcionar certos desdobramentos além de promover o desenvolvimento socioespacial, mas não “prever” o mesmo como se o espaço fosse plausível de determinação ou de modelagem.

Assim, adentrando as questões específicas do planejamento urbano existe uma gama imensa de diferentes temáticas inerentes, sendo uma delas o planejamento do desenvolvimento da atividade turística. E neste âmbito o planejamento da atividade turística aparece, segundo Siviero (2006, p.57) “como um poderoso instrumento de fomento ao desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade.” No entanto, deve-se ressaltar que qualquer planejamento (turístico) feito por interesses pessoais, ou realizado de modo imediatista buscando efeitos econômicos de curto prazo sem observar à sustentabilidade da atividade turística vai gerar efeitos econômicos, sociais e ambientais negativos.

O planejamento, assim, vai dar as diretrizes ao sistema turístico, utilizando-se de políticas públicas como ferramentas de indução do desenvolvimento e gestão territorial. Lopes Jr. (2011) comenta que existem políticas específicas ao turismo, entendendo o mesmo como um sistema complexo e multissetorial. As estratégias de planejamento podem ainda promover a cidade como “produto de consumo para o lazer, descanso, saúde e trabalho aos seus cidadãos e ainda como forma de atrair também (...), o consumidor turístico.” (RIBEIRO, 2005, p.11).

Sobre o espaço urbano voltado para lazer e turismo, Ribeiro (2005) comenta que a preocupação com o meio ambiente se tornou relevante para o bem estar da população local como um todo no que se refere inclusive ao lazer. E através de um planejamento estratégico essas áreas de lazer, originalmente criadas para população local, podem se tornar atrativas para os residentes na cidade e para os turistas.

### **Espaços livres e áreas verdes frente à conservação da natureza e o lazer: o caso de Curitiba**

O retorno à natureza idealizada como um espaço de lazer ocorre no contexto da Revolução Industrial, quando as cidades tornam-se demasiadamente poluídas e inóspitas. Desta maneira, a natureza selvagem torna-se o lugar de reflexão e isolamento espiritual dos cidadãos ingleses do período (DIEGUES, 2002). Pode-se afirmar que a primeira preocupação com a relação homem/natureza no que se refere ao urbano ocorre neste contexto.

Atualmente o planejamento da paisagem nas cidades está vinculado ao desenvolvimento ecológico das mesmas, mas, sem deixar de lado o lazer (DEL PICCHIA, 2010). Assim, a discussão em torno dos espaços livres torna-se também relevante para o planejamento e para o turismo.

Os espaços livres aparecem na literatura sob diferentes conceitos e estão na origem de inúmeras confusões quando utilizados comparativamente uns com os outros, como mostram diversos autores dentre os quais Lima (*et al*, 1994), Cavalheiro *et. al.*(1999), Nucci *et. al.* (2003) e Buccheri Filho e Nucci (2005).

O conceito aqui aceito como ‘espaços livres de edificação’ evidencia espaços como praças, parques, águas superficiais, solos expostos, gramados, etc. sendo todos estes livres de qualquer edificação que apresente pelo menos um pavimento (BELEM e

NUCCI, 2008). Suas principais funções estão atreladas ao lazer, à beleza cênica (estética) e ecológicas/ambientais (CAVALHEIRO *et.al.*, 1999; BELEM e NUCCI, 2008).

Dentre outras possibilidades, segundo Timlin (*apud*, PRESOTTO, 2004) os espaços livres de edificação trazem bem estar, segurança, ambientes agradáveis tanto para a comunidade quanto para os visitantes. As funções dessas áreas verdes variam da simples incorporação do verde e luz natural ao cotidiano até a utilização como produção de alimentos, ou a recuperação do suporte natural da cidade, ou seja, questões inerentes a um desenvolvimento adequado (NUCCI e PRESOTTO, 2009).

Um tipo especial de espaços livres são as áreas verdes. Segundo Cavalheiro *et al.* (1999): “Vegetação e solo permeável (sem laje) devem ocupar, pelo menos, 70% da área; devem servir a população propiciando um uso e condições para recreação”. Assim, as áreas verdes podem ser encontradas na cidade em parques, unidades de conservação, próximas as represas ou ainda como fragmentos florestais.

Os espaços livres e as áreas verdes configuram-se então como espaços úteis à vida da sociedade. Espaços que além de todas as suas funções ambientais trazem consigo aspectos da cultura local, das manifestações do povo local, as mesmas fruto das relações sociais mais elementares do ser humano e isso pode estar representado na estética destes espaços por símbolos como: monumentos, templos, espécies de plantas, presença de animais, memoriais, etc. Desta forma, os espaços livres de edificação tornam-se espaços de lazer e convívio (FOGAÇA e ORTIGOZA, 2010).

A relação de Curitiba, cidade onde se localiza a área de estudo deste trabalho, com espaços livres e áreas verdes tem um histórico bastante longo. Segundo revisão organizada por Andrade (2001) três grandes processos de produção de áreas verdes são evidentes no município:

**1º- Período de concepções sanitaristas:** O período compreende de 1853-1962, foi quando o Passeio Público de Curitiba foi inaugurado com objetivos de sanear uma área de inundação do rio Belém, tal área servia de berço de insetos, roedores e outros animais vetores de doenças. O lugar se tornou área de lazer para a elite ervateira da época.

Outra característica que posteriormente serviria ao planejamento de espaços livres e áreas verdes foi a presença das chácaras ao norte do município, originadas das

colônias de imigrantes europeus - tal qual a área de Santa Felicidade considerada neste estudo o foi -, ao contrário da ocupação do sul da cidade originada da migração de pessoas do interior do estado, da década de 1970 em diante (ANDRADE, 2001).

**2º - Período de administração tecnocrata:** Período de 1962-1988, neste espaço de tempo as propostas partiam de orientações técnicas e não políticas. As principais motivações para tanto eram evitar enchentes através da criação de lagos e preservar as nascentes.

Andrade afirma ainda que “a idéia de implantação de lagos antecedeu a idéia de criação de parques” (ANDRADE, 2001, p.47). Assim, a criação dos parques foi uma solução para evitar a ocupação irregular das áreas no entorno dos lagos e até mesmo evitar a conurbação de Curitiba com os municípios limítrofes. É importante ressaltar que Curitiba no período de 1950 à 1970 encontrava-se, praticamente, duplicando a sua população a cada dez anos (MENEZES, 1996), o que legitima ainda mais a preocupação com os recursos naturais e com a qualidade de vida no município.

Nesse período foram feitos levantamentos voltados para identificar áreas verdes em potencial para se tornarem futuras praças e bosques, um programa de arborização de ruas também foi viabilizado.

**3º - Período de promoção do *City Marketing*:** Ocorreu de 1990 a 2001, em um momento de recente liberdade política e conseqüente aumento nas verbas destinadas aos municípios decorrente da maior autonomia política. Em conseqüência disso as obras no município de Curitiba ganham porte, dentre as quais as obras de construções emblemáticas nos parques.

Percebe-se que a função dos parques passa a ser de criação de símbolos da cultura embrionária do povo local. Com esta visão os parques tornam-se produtos para serem consumidos.

Curitiba passa a ter uma preocupação com sua imagem: Cidade Ecológica, Cidade com maior quantidade de verde por habitante do país, lugar com qualidade de vida. Propagandas associadas a interesses econômicos são determinantes no planejamento desses espaços livres e áreas verdes.

De toda forma, como expõe Kaick, Hardt e Oba (2006), as funções dos parques estão vinculadas a proteger maciços florestais, cursos naturais dos rios, evitar que as cheias afetem a população, conservar a fauna ribeirinha, impedir assoreamento, etc.

Apesar destes três momentos norteadores das políticas de criação de parques serem evidentes ao longo do tempo, não significa dizer que uma concepção foi deixada de lado totalmente em função de outra. Obviamente elas foram agregadas umas às outras durante o passar dos anos.

Essa seqüência de momentos distintos nas políticas de criação de espaços livres e áreas verdes em Curitiba trouxeram desde sempre benefícios à qualidade ambiental, mesmo com as críticas que podem e devem ser feitas aos diferentes modelos, quantificações, classificações e usos que a prefeitura faz de índices, por vezes manipulando dados, ou evidenciando pontos positivos e mascarando pontos negativos (BUCHIERI FILHO e NUCCI, 2005; SOUZA-LIMA, 2006).

Toda a evolução histórica na criação de parques urbanos no município de Curitiba, independentemente dos motivos pelos quais foram criados, geraram áreas que se tornaram atrativos turísticos com fluxo intenso durante o ano todo (GÂNDARA, ALBACH e VIEIRA, 2008). Tais áreas verdes são recomendadas pelos que já visitaram a cidade, o que reforça a atratividade dessas áreas (KAICK, HARDT e OBA, 2006).

Um importante conceito na arborização urbana remete a utilização de fragmentos florestais, que ainda resistem nas cidades, ao invés de derrubá-los para depois replantá-los. Por mais planejada que seja a dinâmica do crescimento urbano guarda características de casualidade e este desenvolvimento acaba reservando áreas com alguma vegetação remanescente.

A existência desses fragmentos concomitantemente à urbanização pode se tornar um incômodo se sua aceitação pela população local não for plena. Esse processo de educação da população para com tais áreas vai desde a conscientização da importância de áreas verdes para a cidade e para a população, até a sua utilização como áreas de lazer e contemplação, bem como o direito universal à vida.

Outra questão relevante é que nas áreas do entorno dos atrativos turísticos podem ocorrer redução da qualidade paisagística. Em Curitiba Hardt e Hardt (2010) constataram esse fato para os principais atrativos do município, isso evidencia um problema relacionado justamente à intensa urbanização que muitas vezes áreas turísticas - como o caso de Santa Felicidade - atraem. Assim a preocupação com a qualidade ambiental do entorno torna-se mais um elemento importante para a conservação dos fragmentos florestais, bem como sua utilização.

Para a conservação de fragmentos florestais existem políticas específicas voltadas tanto para a conservação ambiental em si, como voltadas para o bem estar da população que demanda de tais espaços livres. Estas ferramentas abrem inúmeras possibilidades de usos do solo dentre os quais o turismo pode estar vinculado, de acordo com os ideais de utilização desses fragmentos florestais.

A utilização dessas áreas para o turismo, do ponto de vista estrutural, é adequada, mas as mesmas devem ser mais bem exploradas pelos planejadores e demandam políticas para atender ao seu potencial turístico (KAICK, HARDT e OBA, 2006).

### **Legislação Ambiental de Curitiba relacionada aos espaços livres e áreas verdes**

O município de Curitiba apresenta leis que evidenciam a questão das áreas verdes, e ao comparar Curitiba-PR à Joinville-SC, Gândara, Albach e Vieira (2008), mostram que Curitiba optou pela criação de legislação específica para atender as suas necessidades frente às questões sociais e ambientais inerentes a temática das áreas verdes.

Dentre elas a Lei nº 11.266/04 que adequa o Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto das Cidades, a Lei nº 9.800/00 que dispõe sobre o Zoneamento do Uso do Solo no Município e da outras providências, bem como as Leis complementares que tratam dos instrumentos políticos da gestão urbana, destacando-se a Lei nº 9.804/00 que cria o Sistema de Unidades de Conservação do Município e estabelece os critérios e procedimentos para a criação de novas unidades de conservação e a Lei nº 9.806/00 que institui o Código Florestal do Município de Curitiba, criando toda a forma de conduta perante maciços florestais e/ou árvores isoladas e regulamentando os direitos e deveres públicos e privados para com aqueles instituindo multas, fiscalizações e todas as demais responsabilidades.

O Plano Diretor do município mostra uma perspectiva integradora entre as diversas áreas para o desenvolvimento da cidade. Nos seus diversos títulos e capítulos a temática ambiental é colocada como fundamental para o desenvolvimento sustentável. É exposta, diversas vezes ao longo do texto da legislação, a importância para os cidadãos da qualidade do ar, dos solos, da água, bem como áreas verdes para recreação. Fala-se

da compatibilidade de usos com os limites e aptidões da paisagem evitando sobrecarga ou ociosidade nos terrenos em relação aos usos.

A Lei do Plano Diretor defende a proteção do patrimônio natural, instituindo a política municipal do meio ambiente que visa “promover a conservação, proteção, recuperação e o uso racional do meio ambiente” (Lei 11.266/04). Para isso são delineados instrumentos estruturados a partir de outras leis complementares.

No contexto dessa pesquisa alguns instrumentos, que constam no Plano Diretor de Curitiba (Lei 11.266/04) de acordo com o Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/01), caracterizam-se mais relevantes para a proposta apresentada, sendo eles:

- **Direito de preempção:** Tal instrumento dá ao município o direito de preferência na aquisição de imóveis que atendam aos interesses especificados na Lei do Plano Diretor. Dentre os interesses estão áreas destinadas à criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, ainda, áreas com interesse ambiental para criação de unidades de conservação ou proteção.
- **Transferência do direito de construir:** Consiste em o município autorizar o proprietário do imóvel a edificar em outro local o que não fora construído na área original - mediante regulação do número de pavimentos tanto da área origem como na área a utilizar o potencial construtivo - ou ainda prevê a comercialização desse potencial mediante títulos públicos. Tal instrumento é interessante para esta pesquisa na medida em que poderá ser utilizado em casos que prevêm a promoção, proteção e preservação do patrimônio natural e ambiental, e ainda, implantação de espaços de uso público.
- **Operações urbanas consorciadas:** Tal instrumento prevê a participação da população que reside em determinada área, bem como a prefeitura e investidores. Busca de modo geral alterações no uso local do solo, inclusive alterações no próprio zoneamento. Estão previstas mudanças que melhorem as condições sociais e ambientais do local. Dentre os quesitos que podem sofrer alterações a partir deste instrumento estão: a ampliação de espaços públicos, proteção e recuperação do patrimônio ambiental, preservação de imóveis urbanos com valor ambiental.

Quanto a Lei 9.804/00 que cria o Sistema de Unidades de Conservação do Município existem nove possibilidades de unidades de conservação previstas, com

funções que variam de lazer e bem estar da população, até pesquisa científica e conservação da natureza. O Quadro 01, a seguir, mostra de forma geral como é organizado o Sistema de Unidades de Conservação do Município.

Observando o disposto na legislação, as unidades de conservação mais relevantes para o contexto do turismo seriam as que atrelam o lazer diretamente a proteção/conservação da natureza, sendo assim: Parque de Lazer, Bosque de Lazer e Específicas que podem ter usos interessantes para o turismo, como os supracitados no Quadro 01.

### Quadro 01:

Sistema de Unidades de Conservação do Município de Curitiba/PR.

Denominação	Propriedade	Função	Área
<b>Área de Proteção Ambiental (APA)</b>	Pública ou Privada.	Proteção da vegetação dos corpos hídricos e qualquer bem de valor ambiental.	Não específica.
<b>Parques de Conservação</b>	Pública.	Proteção dos recursos naturais e manutenção da qualidade de vida.	No mínimo 10 ha.
<b>Parques lineares</b>	Pública ou Privada.	Garantir a qualidade ambiental dos fundos de vale.	Não específica.
<b>Parques de Lazer</b>	Pública.	Destinadas ao lazer da população, bem como características naturais.	No mínimo 10ha.
<b>Reserva Biológica</b>	Pública ou Privada.	Preservação e pesquisa científica.	Não específica.
<b>Bosque Nativo Relevante</b>	Privada.	Preservação de corpos hídricos, da fauna, dos solos, da mata nativa e garantir a distribuição dos maciços florestais pela cidade.	Não específica.
<b>Bosque de Conservação</b>	Pública.	Proteção dos recursos naturais e manutenção da qualidade de vida.	No máximo < 10ha.
<b>Bosque de Lazer</b>	Pública.	Proteção dos recursos naturais e utilização pública para lazer.	No máximo < 10ha.
<b>Específicas</b>	Não específica.	Criadas para fins específicos (Ex: Zoológico, Jardim Botânico, etc).	Não específica.

Fonte: Lei Municipal 9.804/00.

Percebe-se que existe uma intrínseca relação entre o planejamento urbano, concebendo o mesmo como uma atividade interdisciplinar e integral, com o desenvolvimento da atividade turística, a criação de espaços livres e áreas verdes e a gestão disso tudo por meio de legislação específica. Há uma interdependência das partes que deve ser respeitada para que propostas de criação de novas áreas verdes possam ser criadas e tragam benefícios econômicos, ambientais e sociais.

### **Propostas para criação de áreas verdes com caráter de lazer e turismo**

Primeiramente, cabe ressaltar que todos os fragmentos florestais encontrados no bairro de Santa Felicidade devem ser considerados relevantes para a implantação de novos espaços livres. Como foi discutido, os benefícios desses espaços nas cidades são de suma importância para a qualidade ambiental, esta que influi diretamente na qualidade de vida das pessoas, seja através da criação de bosques, parques com uso público ou mesmo de reservas privadas com restrição nos usos, tais áreas devem ser aproveitadas uma vez que a cada dia se tornam mais raras no cotidiano do bairro.

O bairro de Santa Felicidade tem poucos espaços livres e/ou áreas verdes oficiais, e os que existem são geralmente pequenas e mal distribuídas, há ainda a ausência de áreas destinadas à conservação da natureza ou o uso misto de conservação e lazer (PUGLIELLI NETO, 2008).

No entanto, esta pesquisa busca a identificação de áreas com compatibilidade e potencialidade turística uma vez que o bairro de Santa Felicidade é um dos mais importantes atrativos turísticos de Curitiba. Tal proposta surge atrelada às idéias de planejamento integrado e do desenvolvimento da atividade turística respeitando os limites naturais da paisagem, como foi argumentado anteriormente.

O principal atrativo da região estudada é a gastronomia, isso devido à origem da região que continha predominantemente colônias de imigrantes italianos, que se estabeleceram por volta de 1878, e por meio de sua cultura desenvolviam uma alimentação peculiar que caracterizou a área.

A abertura de um novo viés turístico no bairro pode fortalecer e dinamizar o turismo na região, além de atender os diferentes objetivos que as áreas verdes têm ou já

tiveram ao longo da história do município, como proteção de nascentes, saneamento, evitar enchentes e servir ao *marketing* verde.

Atualmente existe no bairro o Bosque Italiano com uma área de 23.540m<sup>2</sup>. ou cerca de 2,3ha. (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, 2011), mas o mesmo é uma área de uso potencialmente coletivo, como expõe Belem e Nucci (2008), ou seja, tem o seu uso regulamentado pela prefeitura que organiza eventos e atividades na área, mas não deixa o Bosque aberto aos visitantes todos os dias como em um parque ou outros bosques da cidade.

Apesar de o bairro apresentar um índice alto de espaços livres de edificação – segundo Belem e Nucci (2008) – existe um número baixo de áreas oficialmente incluídas no sistema de unidades de conservação do município, como exposto anteriormente. Segundo o IPPUC (2011), o bairro possui oito praças e sete jardinetes totalizando uma área de 51.570m<sup>2</sup>., entretanto desse total de praças e jardinetes, conforme verificações em campo, apenas quatro apresentam algum tipo de verde. Vieira e Biondi (2008) expõem, em análise temporal (período 1986 - 2004), que apesar de Santa Felicidade ser a regional com maior cobertura vegetal da cidade foi a que mais perdeu em relação às outras regionais de Curitiba.

O Zoneamento do município de Curitiba apresenta quatro classes de zonas para o bairro de Santa Felicidade, sendo elas: ZR-2, ZR-OC, SC-SF e ZR-SF. As zonas ZR-2, ZR-OC, ZR-SF tem caráter residenciais e não interessam diretamente a esta pesquisa, restando assim à zona SC-SF (Setor Especial Comercial - Santa Felicidade). Nessa zona são permitidos dentre outros o comércio e serviço vicinal, lazer e cultura. Permite, ainda, o estabelecimento dos restaurantes e lojas que é o que caracteriza o turismo na região, sendo este o fato de interesse nela.

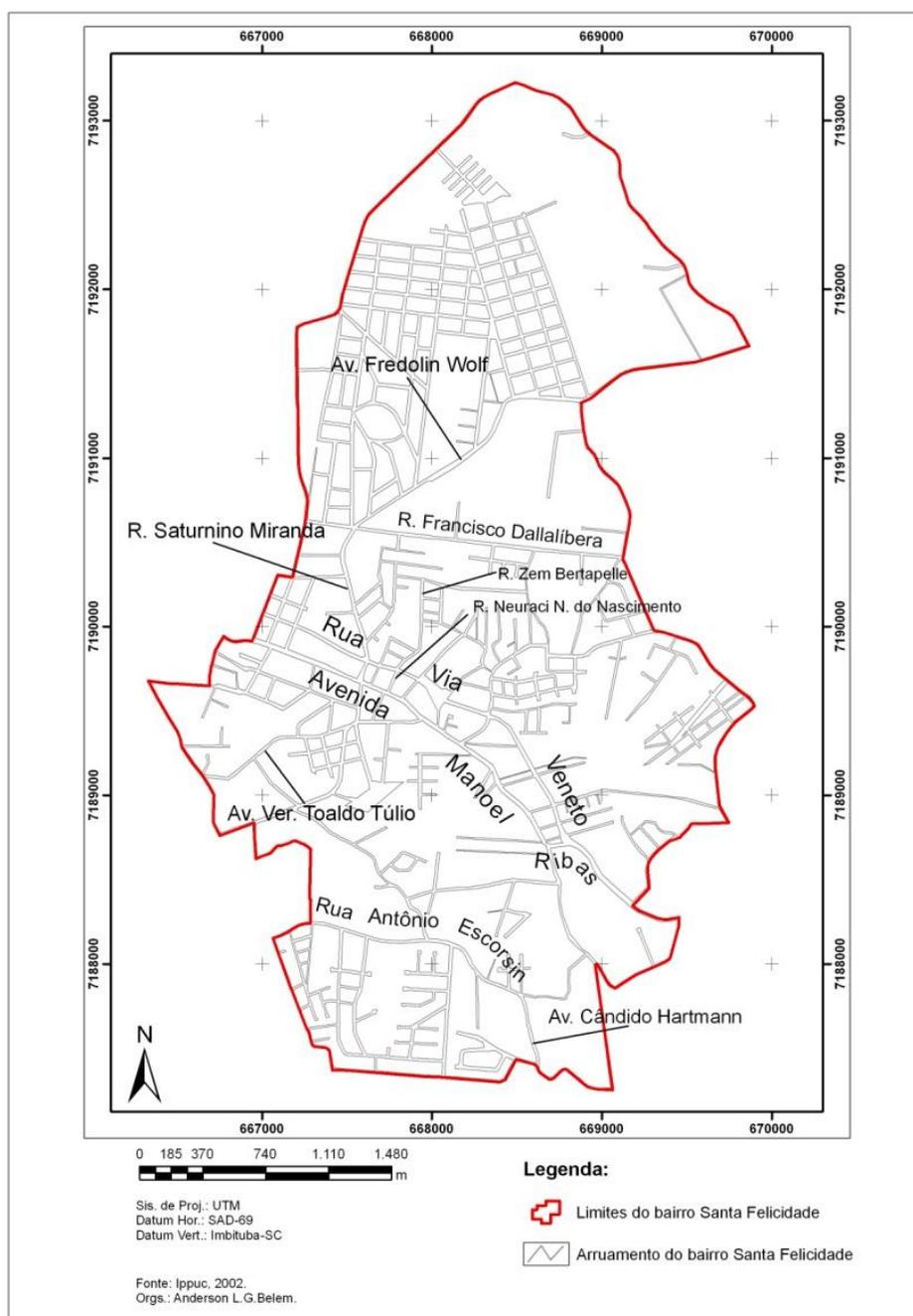
O Setor Especial Comercial – Santa Felicidade, que segundo a Lei 9.800/00 é delimitado pela Av. Manoel Ribas no momento em que se inicia (em uma bifurcação) a Rua Via Veneto e se estende pelas mesmas até o cruzamento com a Rua Ângelo Stival, por terrenos com testada para elas e com no máximo 100m. de comprimento (figura 03).

No entanto para efeito desse trabalho existe uma parcela dessa zona que é característica do turismo de ordem gastronômica/cultural da área, o que chamaremos de centro turístico do bairro, e é delimitada pela Av. Manoel Ribas no momento em que bifurca com a Rua Via Veneto e se estende pelas mesmas até o cruzamento com a Rua

Neuraci N. do Nascimento com a Av. Manoel Ribas, e que é continuação da Rua Zem Bertapelle que cruza com a Rua Via Veneto. As principais vias de acesso do bairro podem ser observadas na figura 02.

Para efeito norteador, será considerado como marco zero do que chamamos de centro turístico, o centro de informações turísticas existente no bairro, (Av. Manoel Ribas, 5480).

O mapa da figura 03 mostra que o fragmento florestal número nove se encontra em melhor situação frente às vias de acesso entre o centro turístico do bairro e o fragmento. O principal acesso existente ao centro turístico do bairro é a Av. Manoel Ribas que liga o centro histórico do município diretamente ao centro turístico de Santa Felicidade, inclusive pelo ônibus turístico do município. Por meio dessa mesma avenida chega-se facilmente ao fragmento citado, logo na entrada do centro turístico do bairro, o que caracteriza um grande potencial no que confere a localização.



**Figura 02:** Principais vias de acesso ao bairro de Santa Felicidade e ruas de referência.

Outro fragmento bem localizado em relação ao centro turístico e as vias de acesso é o fragmento número oito. Este tem acesso pela Rua Via Veneto paralela a Av. Manoel Ribas. Tal rua em esquina com a Rua José das Chagas Lima liga diretamente o centro turístico ao fragmento florestal citado.

Cabe mencionar os fragmentos florestais cinco, seis e sete que não estão diretamente ligados ao centro turístico de Santa Felicidade, mas estão localizados próximos a importantes ruas e avenidas do sistema viário local e que dão acesso direto a outros bairros do município, como as ruas: Francisco Dallalíbera, Fredolin Wolf, Saturnino Miranda e Ver. Toaldo Túlio. Outro fato interessante é a proximidade entre tais fragmentos que, como mostra a figura 03, estão dispostos a margem da mesma rua (Francisco Dallalíbera) facilitando uma possível integração entre as áreas verdes.

Porém, observar apenas a configuração espacial dos fragmentos não caracteriza as melhores áreas para a implantação de uma área verde, mesmo que ela tenha objetivos de uso vinculado ao lazer uma vez que algumas áreas estão em melhores condições de conservação que outras devido ao seu histórico de ocupação e utilização. Isso deve ser levado em conta para não perder áreas que tenham condições interessantes e importantes para o funcionamento da ecologia da paisagem local.

Posto isto, considerar-se-ão as condições do estado de conservação das áreas e para tanto foi utilizado o trabalho realizado por Puglieli Neto (2008). O referido autor buscou compreender a complexidade e a composição dos fragmentos florestais, isso porque muitas vezes no planejamento urbano considera-se apenas a quantidade de verde urbano e não sua qualidade. Esse tipo de análise apresenta muitos elementos que são interessantes para a qualidade ambiental, como por exemplo: a quantidade de solos permeáveis, ou ainda a composição de determinada área verde o que pode implicar na qualidade do ar, ou ainda busca compreender a dinâmica da paisagem para melhor utilizá-la.

Para a análise, de modo simplificado aqui, o autor estudou a dinâmica vertical e horizontal da paisagem por meio da análise de uma série de elementos onde cada item foi valorado de acordo com os critérios da pesquisa (para mais informações consultar Puglielli Neto, 2008), a saber:

- Análise Horizontal: tamanho, forma, conectividade, localização, transição, vegetação potencial (base na fotointerpretação de 1962).

- Análise Vertical: número de estratos, densidade de dossel, presença de araucárias, diversidade arbórea, presença de epífitas, presença de plantas invasoras, densidade da serapilheira, diversidade de formas de relevo e presença de corpos hídricos.

Ressalta-se que a avaliação realizada parte de um mínimo de 15 e um máximo de 45 pontos no que confere aos valores empregados ao grau de conservação. Houve a subdivisão dos fragmentos 5 e 7 devido ao seu tamanho e a sua heterogeneidade. O Quadro 02 mostra uma comparação entre os fragmentos melhores localizados perante o centro turístico do bairro.

**Quadro 02:**

Avaliação do estado de conservação dos fragmentos florestais.

<b>Fragmento Florestal</b>	<b>Avaliação (Puglielli Neto, 2008)</b>
Fragmento Florestal n°5a	27
Fragmento Florestal n°5b	34
Fragmento Florestal n°6	31
Fragmento Florestal n°7a	32
Fragmento Florestal n°7b	31
Fragmento Florestal n°8	39
Fragmento Florestal n°9	34

Fonte: Puglielli Neto, 2008.

A análise considerando o aspecto da localização dos fragmentos perante o centro turístico de Santa Felicidade e ao mesmo tempo considerando como preponderante a condição de conservação da natureza encontra, dentre os fragmentos pré selecionados apenas pela localização, indicativos para os fragmentos oito e nove, respectivamente. Justamente os dois melhores posicionados na malha urbana vão de encontro com os melhores em estado de conservação, não deixando dúvidas quanto à referência a ambos, no âmbito dessa pesquisa e de acordo com os fundamentos teóricos utilizados.

Ambos os fragmentos (oito e nove) se enquadram na categoria de parque, segundo a Lei 9.804/00, ultrapassando, portanto, o requisito de área que para bosques exige área menor que 10ha. e para parques áreas com no mínimo 10ha.

O Fragmento número oito, segundo Puglielli Neto (2008), apresenta 12,7ha. e 39 pontos de 45 possíveis quanto ao estado de conservação. A sua fisionomia, no entanto, é recortada com diversos usos desde pequenas chácaras, reflorestamento de pinus e araucárias, pequenos lotes a área realiza uma suave transição para uma vegetação mais densa nas margens do rio Cascatinha. O relevo é bem acidentado, nascentes podem ser encontradas na área e algumas trilhas também são vistas.

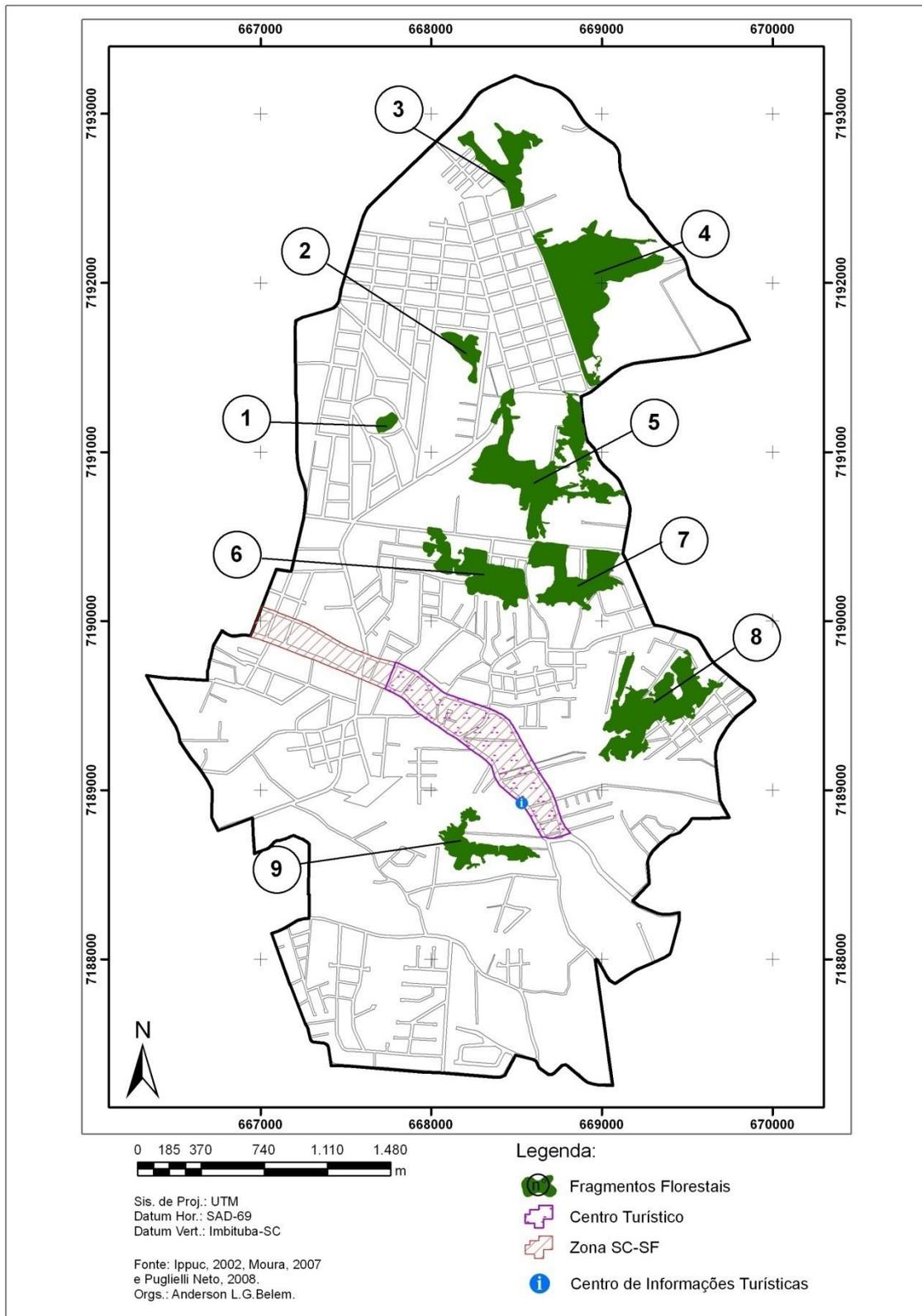
Assim, pensando na implantação de um novo parque de lazer, o primeiro passo seria o interesse da prefeitura em tornar as áreas públicas, para então poder criar o

parque de lazer, como ordena a lei para a criação de novas unidades de conservação municipais. Para adquirir tais áreas a prefeitura poderia exercer o direito de preempção sobre os imóveis da região mediante aprovação da área como passível de utilização desde instrumento, conforme governa a lei.

Outra possibilidade seria negociar com os proprietários a transferência do potencial construtivo dos imóveis, com objetivo de proteger e conservar tais áreas, entretanto, essa condição apesar de obrigar o proprietário a conservar a área não a torna pública para a criação de um Parque de lazer nos termos da Lei 9.804/00, mas atenderia às condições de outras categorias de unidades de conservação municipal (ver Quadro 01).

Com aproximadamente 12ha. o fragmento número nove apresenta proximidade com o Bosque Italiano. Sua fisionomia apresenta porções com relevo acidentado e outras com relevo plano. Corpos hídricos também são encontrados, dentre os quais um córrego que apesar de poluído contém uma beleza cênica interessante do ponto de vista turístico. Árvores representativas (nativas) da cultura local estão presentes, como a *Araucaria angustifolia* (Pinheiro do Paraná), o *Podocarpus lambertii* (Pinheirinho Bravo), *Ilex paraguariensis* (Erva Mate) e algumas canelas. Algumas clareiras com herbáceas são encontradas, bem como lianas e líquens. Tais indicadores mostram qualitativamente umas das áreas com estágio de sucessão mais avançado e com grande diversidade (PUGLIELLI NETO, 2008).

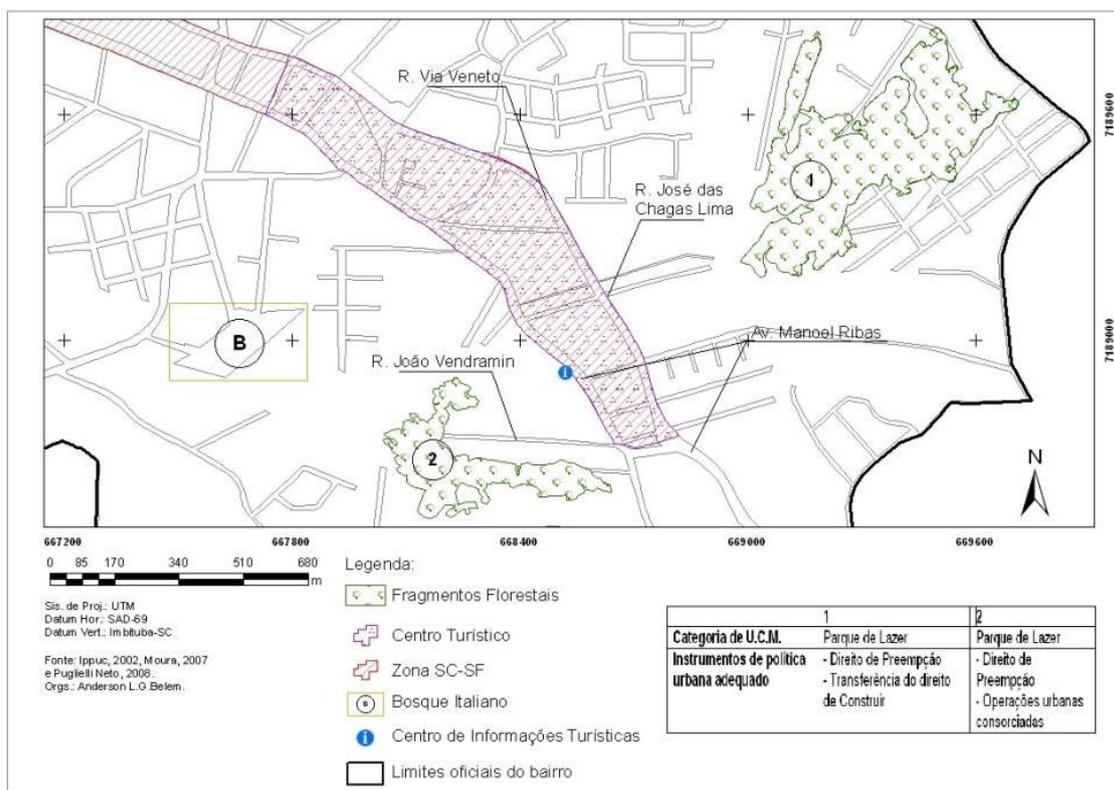
A presença do Bosque Italiano interligado por áreas não ocupadas, mas com vegetação herbácea, pode ser um fator importante para a prefeitura buscar subsídios para criar um novo parque. A ampliação do bosque tornando o mesmo um parque e concretizando o uso como público seria o ideal. O instrumento de preempção poderia ser aproveitado para a prefeitura intervir na área, mas o código florestal (Lei 9.806/00) é outro que deve ser utilizado pelo menos para assegurar as Áreas de Preservação Permanente (APP) de declividade e de margens de rios, como a situação do local sugere. Neste caso, ainda poderia ser trabalhado o instrumento das Operações Urbanas Consorciadas, através de uma mobilização da comunidade local em parceria com sociedade civil organizada e o poder público poderia propor uma ampliação e abertura completa do Bosque Italiano elevando o mesmo a condição de parque desde que incluísse novas áreas, as áreas do fragmento.



**Figura 03:** Fragmentos Florestais frente ao Centro Turístico de Santa Felicidade.

Para tanto um trabalho de conscientização da importância de tais áreas tanto para a qualidade ambiental da região, como para o fortalecimento do turismo e atividades econômicas decorrentes do mesmo, e ainda os benefícios públicos como segurança e infraestrutura decorrentes da nova dinâmica regional, seriam fundamentais. A esse respeito Betat (2009), em estudo sobre o parque Tanguá também em Curitiba, por meio de entrevistas aponta as melhorias em decorrência da criação do parque e do turismo que o mesmo angaria.

Por fim, apresenta-se a figura 04 com os dois fragmentos florestais que serviriam a criação de novos parques, segundo os objetivos do trabalho e os principais instrumentos para cada área.



**Figura 04:** Fragmentos Florestais com melhores condições estratégicas para criação de novos parques.

Recomenda-se que os gestores públicos tenham uma preocupação especial com estes dois fragmentos em particular, para que em conjunto com a sociedade local busquem discutir e planejar o futuro do bairro. Reitera-se ainda que todos os fragmentos

localizados no bairro tem potencial para criação de novas áreas de lazer ou conservação da natureza não devendo, de forma alguma, ser negligenciados.

O desenvolvimento da atividade turística no bairro tem um grande potencial de ser dinamizado por uma nova perspectiva que pode ser trabalhada de modo a complementar a atividade que ocorre no bairro de Santa Felicidade.

### **Considerações Finais**

Curitiba se destaca nacional e internacionalmente por suas soluções urbanas relacionadas dentre outros aspectos a questões ambientais e faz disso uma de suas prerrogativas para atrair turistas. Dentro dessa questão o planejamento do município ao longo do tempo criou inúmeros parques, mas a cidade continua crescendo e a demanda por espaços livres com presença de vegetação também, uma vez que a qualidade ambiental, necessária ao ser humano, está diretamente vinculada com a presença de tais espaços.

Mas a funcionalidade desses espaços livres e áreas verdes devem ser pensadas quando o planejamento é feito para que não sejam criados espaços ociosos na malha urbana que tragam insegurança a população. Assim, além de haver preocupação com a utilização pelos moradores da cidade, o turismo é uma alternativa viável para a utilização de baixo impacto e de boa interação com os espaços livres.

O planejamento por meio do Estatuto da Cidade e adequação do Plano Diretor do Município apresenta instrumentos de gestão pública que servem para dinamizar o trato dos usos do solo urbano se preocupando com o futuro da população que habita a cidade, ou pelo menos assim deveria ser.

Nesta pesquisa foi tratado desses instrumentos e como poderiam ser utilizados para atender a demanda de novas áreas verdes no bairro de Santa Felicidade – Curitiba/PR – uma vez que o bairro apesar de ainda ter uma quantidade interessante de espaços livres vem sendo adensado por condomínios fechados, além de atrelar a criação dessas novas áreas com uma das principais atividades econômicas da região: o turismo.

Os resultados apontaram dois fragmentos florestais, dentre os nove existentes, com a capacidade de receber atenção especial dos gestores do município uma vez que se

enquadram nas características de proximidade e acesso ao centro turístico do bairro e o estado de conservação da natureza dos fragmentos.

A partir do exposto, fica a recomendação de implantação de novos parques de lazer com objetivo de complementar a atividade turística da região, tendo os devidos cuidados para não criar um impasse entre as atividades consolidadas e os futuros atrativos.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Maria Geralda de. Turismo e os paradoxos no consumo e conservação do ambiente. *Ateliê Geográfico*. Goiânia, v.1, n.2, p.102-118, 2007.

ANDRADE, Rivail V. de. O processo de Produção de Parques e Bosques Públicos de Curitiba. 129 f., Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

BELEM, Anderson Luiz G.; NUCCI João Carlos. Espaços Urbanos no bairro de Santa Felicidade, Curitiba/PR: conceito, classificação, quantificação e distribuição. *Geografia: Ensino e Pesquisa*. Santa Maria-RS, v. especial, 2008.

BETAT, Silvia Taís. Apropriação dos espaços urbanos pelo turismo. Estudo do Parque Tanguá, Curitiba/PR. 2009, 148f., Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br) Acesso: set/2011.

BUCCHERI FILHO, Alexandre T; NUCCI, João Carlos. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no bairro Alto da XV, Curitiba/PR. *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo, v.1, 2005.

CAVALHEIRO, Felisberto; NUCCI, João Carlos; GUZZO, Perci; ROCHA, Yuri T. Proposição de terminologia para o verde urbano. *Boletim Informativo da SBAU* (Sociedade Brasileira de Arborização Urbana). Rio de Janeiro, ano VII, n.3, p.7, 1999.

CURITIBA. Lei nº 9800 de 03 de janeiro de 2000. Dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo no Município de Curitiba e dá outras providências. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br) Acesso: ago/2011.

CURITIBA. Lei nº 9804 de 03 de janeiro de 2000. Cria o Sistema de Unidades de Conservação do Município de Curitiba e estabelece critérios e procedimentos para a implantação de novas Unidades de Conservação. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br) Acesso: ago/2011.

CURITIBA. Lei nº 9806 de 03 de janeiro de 2000. Institui o Código Florestal do Município de Curitiba, e dá outras providências. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br)  
Acesso: set/2011.

CURITIBA. Lei nº 11266 de 16 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade - Lei Federal nº 10.257/01, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Disponível em: [www.ippuc.org.br](http://www.ippuc.org.br)  
Acesso: set/2011.

CURITIBA EM DADOS - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2011. Disponível em:  
[www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba\\_em\\_dados\\_Pesquisa.htm](http://www.ippuc.org.br/Bancodedados/Curitibaemdados/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm)  
Acesso: set/2011.

DEL PICCHIA, Paulo Celso D. O Planejamento da Paisagem na Cidade. In: NUCCI, João Carlos (Org.) *Planejamento da paisagem como subsídio popular ao desenvolvimento urbano*. Estudo aplicado ao bairro de Santa Felicidade, Curitiba-PR. Curitiba: o autor, 2010, cap.3 , p.26-55.

DIEGUES, Antonio Carlos S. *O mito moderno da natureza intocada*. 4ª ed. São Paulo: Annablume; Hucitec; Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas brasileiras, USP, 2002.

FOGAÇA, Isabela de F.; ORTIGOZA, Silvia A. G. O lazer e o turismo como preocupação no planejamento e gestão da cidade – Curitiba uma perspectiva histórica. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. Porto Alegre, 2010. Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Porto Alegre: AGB,2010. p.p. 1-11.

FURTADO, Edna Maria. O turismo no espaço urbano de Natal/RN: das primeiras iniciativas a intensificação da atividade. *Ateliê Geográfico*. Goiânia, v.1, n.2, p.119-147, 2007.

GÂNDARA, José Manoel G.; ALBACH, Valéria de M.; VIEIRA, Vinícius B. A. Gestão Responsável de Unidades de Conservação e o Turismo: Uma Análise Comparativa entre Curitiba e Joinville. In: V SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. Caxias do Sul, 2008. Anais do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL. Caxias do Sul: UCS, 2008. p.p. 1-16.

HAAREN, C. von; GALLER, C.; OTT, S. Landscape planning: the basis of sustainable landscape development. Leipzig: Federal Agency for Nature Conservation (Bundesamt für Naturschutz ), 2008. Disponível em <[www.bfn.de](http://www.bfn.de)>. Acesso em: 06/08/2012.

HARDT, Letícia P. A.; HARDT, Carlos. Desenvolvimento turístico das cidades: estudo de caso em Curitiba, Paraná. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS. Florianópolis, 2010, Florianópolis. Anais do V Encontro da Anppas. Florianópolis: ANPPAS, 2010,p.p. 1-15.

IGNARRA, Luiz Renato. *Fundamentos do Turismo*. São Paulo: Editora Thomson, 2003.199p.

KAICK, Jaqueline A. M. V.; HARDT, Letícia P. A.; OBA, Leonardo T. Contribuição dos parques urbanos e áreas verdes como atrativos turísticos em Curitiba/PR. In: III ENCONTRO DA ANPPAS. Brasília, 2006. Anais do III Encontro da Anppas Brasília: ANPPAS, 2006, p.p. 1-16.

LIMA, Ana Maria M.L.P.; CAVALHEIRO, Felisberto.; NUCCI, João Carlos.; SOUSA, Maria Alice L.B.; FIALHO, Nilva O.; DEL PICCHIA, Paulo Celso D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: 2º CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA. São Luís, 1994. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. São Luís: SBAU, 1994 p.p.539-553

LOPES JÚNIOR, Wilson M. *Contribuição geográfica ao estudo do turismo*. Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 22, p. 137-145, 2011.

MENEZES, Claudino L. *Desenvolvimento urbano e meio ambiente: A experiência de Curitiba*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

MONTEIRO, Carlos Augusto de F. *O homem, a natureza e a cidade: planejamento do meio físico*. Revista eletrônica Geografar, Curitiba, v.1, n.1, p. 73-102, 2008.

NUCCI, João Carlos. *Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano*. Curitiba: o autor, 2008.150p.

NUCCI, João Carlos ; PRESOTTO, Andréa. Planejamento de espaços livres localizados nas zonas urbanas. In: SANTOS, Douglas Gomes dos; NUCCI, João Carlos. (Org.). *Paisagens Geográficas: um tributo a Felisberto Cavaleiro*. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2009, cap. 5, p. 78-102.

NUCCI, João Carlos ; WESTPHALEN, Laiane. A. ; BUCCHERI FILHO, Alexandre T.; NEVES, Diogo L.; OLIVEIRA, Felipe A.H.D.de; KRÖKER, Rudolf. Cobertura Vegetal no bairro Centro de Curitiba/PR. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-15, 2003.

PECCIOLI FILHO, Raul C. Planejamento da Paisagem na bacia hidrográfica do Rio Palmital – RMC/PR Delimitação de Unidades de Paisagem como suporte ao planejamento urbano.2005,116f., Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

PRESOTTO, Andréa. Espaços Livres Públicos: um estudo no município de Ilhabela – SP. 2004, 216f., Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

PUGLIELLI NETO, Hélio. F. Análise da fragmentação da cobertura vegetal como subsídio ao planejamento da paisagem em áreas urbanizadas: aplicação ao Bairro de Santa Felicidade, Curitiba/PR. 2008. 169 f., Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

RIBEIRO, Renata M. Planejamento urbano espaços públicos de lazer e turismo no bairro Uberaba em Curitiba-PR. 2005. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

SIVIERO, Ana Paula. Os elementos do espaço turístico urbano no processo de planejamento: reflexões teóricas e articulações. *RA E GA*, Curitiba, n. 11, p. 51-59, 2006.

SOUZA-LIMA, José E. de A construção do imaginário ecológico em Curitiba. In: SOUZA-LIMA, José Edmilson de; OLIVEIRA, Gilson Batista de. (Org.). *O Desenvolvimento Sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar*. São Paulo: Annablume, 2006, cap. 4, p. 31-43.

TRINDADE, Etelvina M. de C.; OLIVEIRA, Dennison.; SANTOS, Antonio C. de A. *Cidade, homem e natureza: uma história das políticas ambientais de Curitiba*. Curitiba: Unilivre, 1997.

VIEIRA, Carolina H. S. D.; BIONDI, Daniela. Análise da dinâmica da cobertura vegetal em Curitiba/PR (de 1986 a 2004), utilizando imagens Landsat TM. *Revista Árvore*, Viçosa-MG, v.32, n.3, p.479-487, 2008.

Recebido para publicação em agosto de 2012

Aprovado para publicação em setembro de 2012